

Congresso mantém veto de Dilma a reajuste no Judiciário



Renan Calheiros preside sessão do Congresso em que foram mantidos 8 vetos da Presidência da República a projetos de lei

Os deputados deram 251 votos para derrubar a decisão da presidente, 6 a menos do que era necessário para alterá-la. Assim, tema não chegou a ser analisado pelos senadores

O projeto de lei que aumentava os salários dos servidores da Justiça entre 53% e 78,5% havia sido vetado integralmente pelo governo. Segundo o Executivo, o reajuste custaria cerca de R\$ 36 bilhões até 2019, tornando ainda mais difícil o equilíbrio das contas públicas. Na sessão de ontem do Congresso, 132

deputados votaram para manter o veto e 251 para derrubá-lo, mas eram necessários 257 (a maioria absoluta na Câmara) para reverter a decisão de Dilma. Houve ainda 11 abstenções. Com isso, o veto foi mantido e nem precisou ser analisado pelos senadores. O Congresso manteve outros sete vetos e mais cinco devem ser votados hoje. **3**

Venda de celular bloqueado pode ser proibida **6**

Sem verbas, Rio São Francisco morrerá, aponta debate **5**

Indicação para o Cade passa em comissão **7**

Saneamento não deve ser privatizado, diz especialista **6**

Seca no Nordeste vai ser assunto de sessão temática **5**

Construção de creche em presídio ganha reforço com verba de fundo

Recursos do Fundo Penitenciário Nacional poderão ser usados para a construção de creches e berçários de apoio às mães nos pre-

sídios. A garantia já estava prevista na Constituição, mas faltava verba para as obras. O projeto, aprovado ontem, vai a sanção. **5**



Lei já prevê que presídios ofereçam berçários e creches para filhos de detentas

Governo poderá fechar o ano com deficit de até R\$ 119,9 bi

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem projeto que altera a meta fiscal do governo para 2015. Pelo texto, as contas da União poderão ter saldo negativo de até R\$ 119,9 bilhões, substituindo a previsão inicial, que era de um superavit de R\$ 55,3 bilhões. A mudança, que em parte decorre da queda de arrecadação, precisa ser aprovada pelo Congresso. **8**



Perrella, Wilder e Petecão ouvem moradores que foram vítimas do rompimento

Em Mariana, senadores defendem mais recursos para comunidade

Um grupo de senadores reuniu-se ontem em Mariana (MG) com moradores atingidos pelo rompimento de barragem no distrito de

Bento Rodrigues. Os parlamentares querem que o marco da mineração traga mais proteção ao meio ambiente e à população. **4**

Já empossados, jovens senadores iniciam hoje trabalho em comissões

Os 27 estudantes que participam do Projeto Jovem Senador 2015 tomaram posse ontem e começam hoje os trabalhos nas comissões. Durante esta semana, eles vão poder atuar como parlamentares e conhecer o funcionamento do Legislativo. Em sessão presidida pelo

senador Jorge Viana, os alunos também elegeram ontem a Mesa Jovem, que será dirigida por Cindyneia Cantanhêde. Pais e professores que acompanham os alunos premiados dizem que o projeto envolve os jovens nas questões políticas e ajuda na formação cidadã. **2**



Os 27 alunos que participam do Projeto Jovem Senador 2015 posam ao lado das bandeiras dos estados que representam

Jovens tomam posse como senadores e elegem Mesa

Os 27 vencedores do concurso de redação iniciam mandato em que poderão atuar como parlamentares. Senadores, estudantes, pais e professores destacam importância do projeto para uma formação cidadã



A ESTUDANTE CINDYNEIA Ramos Cantanhêde, do Centro de Ensino Liceu Maranhense, foi eleita a presidente da Mesa Jovem do Projeto Jovem Senador 2015. Os 27 alunos foram empossados ontem em solenidade presidida por Jorge Viana (PT-AC) e hoje começam os trabalhos em comissões.

Cindyneia avalia que a participação no Jovem Senador marcará a vida acadêmica e profissional de cada estudante, mudando suas realidades locais. Ela se comprometeu a



Cindyneia foi eleita presidente da Mesa: "Muitos aqui podem mudar o mundo"

respeitar as diferentes linhas de pensamento e disse que buscará a harmonia entre todos os jovens senadores.

— Acredito que o Brasil será referência mundial em muitos aspectos e eu vejo aqui pessoas

que têm a capacidade de mudar o mundo — avaliou.

Viana também ressaltou a importância do projeto. Para ele, “a política é a possibilidade de melhorar a vida de todos e de construir um país melhor”.

Também estiveram presentes os senadores Ana Amélia (PT-RS), Gladson Cameli (PP-AC), Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Aécio Neves (PSDB-MG), Eduardo Amorim (PSC-SE), Fátima Bezerra (PT-RN), Cristovam Buarque (PDT-DF), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Antonio Anastasia (PSDB-MG) e José Medeiros (PPS-MT).

Projeto

Esta semana os jovens conhecerão a estrutura e o funcionamento do Legislativo, participando de reuniões de comissões e sessões do Plenário, acompanhados por consultores legislativos. Os alunos têm entre 15 e 19 anos, cursam o ensino médio em escolas públicas e são selecionados por concurso de redação.

O projeto é realizado pela Secretaria-Geral da Mesa e pela Secretaria de Relações Públicas, órgão da Secretaria de Comunicação Social, com o apoio da Diretoria-Geral e da Consultoria Legislativa.

Pais e professores relatam orgulho pelos alunos premiados

“Um esforço recompensado” é a opinião unânime de pais e professores, ao falarem dos estudantes classificados no Projeto Jovem Senador 2015.

A primeira colocada na etapa nacional do concurso foi a estudante Mariana Souto Pimenta, da escola estadual Dulce Ferreira de Souza, em Passos (MG). Para o diretor, Pedro Antonio Piantino, além de incentivar outros alunos à leitura e à escrita, o programa envolve os jovens nas questões políticas.

— Embora todo humano seja político desde o nascimento, é necessário desenvolver esse gosto nos jovens, levando-os a uma participação intensa na elaboração das políticas públicas — disse.

O representante da Secretaria de Educação de Minas

Gerais, professor Ricardo Medeiros, também ressaltou o incentivo que o Jovem Senador dá à leitura e frisou que o projeto remete à formação de cidadãos empenhados na transformação do país.

— Quando se tira os estudantes de suas cidades e regiões para que tenham contato com o poder, se vislumbra novos líderes para a nossa nação. O Senado mais uma vez brilha ao trazê-los aqui.

A mãe do jovem senador pelo Distrito Federal Victor Henrique, Leila Laranja, disse que a seleção do filho foi uma surpresa. Ao se declarar orgulhosa do resultado, ela destacou a importância dos pais no processo educativo.

— Nós sempre o apoiamos em casa, ele sempre foi muito estudioso e agora estamos colhendo os frutos — disse.

Instalada Comissão de Transparência e Governança

O Senado instalou ontem a Comissão Permanente de Transparência e Governança Pública. Paulo Bauer (PSDB-SC) e João Capiberibe (PSB-AP) foram eleitos, respectivamente, presidente e vice.

Fruto de um projeto apresentado por Capiberibe, a

comissão tratará de temas como prevenção à corrupção. O trabalho deve começar com um debate sobre as agências reguladoras, que fiscalizam a prestação de serviços públicos.

— Ainda existem algumas caixas-pretas que nós precisamos abrir. E certamente aqui

será um fórum de discussão para a abertura, a revelação para a sociedade de várias instituições criadas para atender as aspirações sociais — disse Capiberibe.

Essa é a 13ª comissão permanente do Senado. Entre os principais temas que serão objeto de discussão e acompanhamento por parte do colegiado, estão a modernização das práticas gerenciais na administração pública federal e a prestação de contas à sociedade.

— Precisamos ver como os governos podem interagir e como cada órgão pode trabalhar melhor em benefício da população — afirmou o senador Paulo Bauer.



Colegiado é fruto de uma proposta de Capiberibe e será presidido por Bauer

CPI votará quebra de sigilo do Comitê Organizador da Copa de 2014

A CPI do Futebol reúne-se hoje, às 14h30, para votar 23 requerimentos que pedem a quebra de sigilo de dados de pessoas e empresas. Os pedidos atingem dirigentes e ex-dirigentes da Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

Entre os que podem ter o sigilo quebrado, estão empresas, instituições e pessoas físicas, como o Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014, Ricardo Teixeira, Júlio César Avelleda, Marco Polo Del Nero, José Maria Marin, Kleber Fonseca, Ân-

gelo Verospi, Lilian Cristina Martins, Carolina Galan, Rogério Langake Caboclo, Antônio Osório da Costa; Ariberto dos Santos, Wagner José Abrahão, Rita de Cássia Moreira, Fernando Jales Oliveira, Klefer Produções e Promoções, Atena Operadora Turística e Jat Imóveis.

Também há requerimentos solicitando que a Polícia Federal e a Procuradoria-Geral da República compartilhem com a CPI informações públicas, reservadas ou ostensivas relativas ao objeto de investigação da comissão.

ERRAMOS

Na pág. 5 de ontem, a opinião do diretor de Licenciamento da Mauricio de Sousa Produções, Rodrigo Paiva, não se refere especificamente à restrição de publicidade dos alimentos infantis, mas a publicidade infantil em geral.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



JOVEM SENADOR Comissões

8h Os 27 estudantes que participam do Projeto Jovem Senador iniciam os trabalhos legislativos nas comissões.

CAE/CCT Incentivo tecnológico

8h30 Audiência conjunta interativa para debater o PLC 77/2015, que dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação.

CI Obras rodoviárias

8h30 A Comissão de Infraestrutura faz audiência pública interativa para debater a conjuntura das obras rodoviárias realizadas pelas empresas concessionárias do setor.

CDR Passagens aéreas

9h Audiência pública interativa para discutir novas diretrizes do Ministério do Planejamento para a contratação direta de companhias aéreas sem intermediação das agências de viagem. Entre os convidados, estão representantes dos Ministérios do Planejamento e do Turismo, do Ministério Público Federal, de agências de viagem e empresas de turismo.

PRESIDÊNCIA Ciência e Tecnologia

11h30 O senador Renan Calheiros preside a sessão conjunta do Congresso destinada à apreciação de vetos e propostas orçamentárias. Às 16h, preside a ordem do dia da sessão plenária. Às 19h, recebe o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Celso Pansera.

CAE Limite para dívida da União

10h Audiência pública interativa para instruir o PRS 84/2007, que dispõe sobre o limite global para o montante da dívida consolidada da União.

CCJ Licença para mãe de prematuro

10h A comissão analisa a PEC 99/2015, sobre a licença-maternidade em caso de parto prematuro, e o PLS 117/2014, que prevê a remissão de pena para o condenado que doar sangue.

CDH Idade para adoção

11h Análise do PLS 531/2013, que trata da diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando.

CONGRESSO Orçamento

11h30 O Congresso se reúne para votar vetos e propostas orçamentárias.

ORÇAMENTO Reunião

14h Reunião extraordinária da Comissão Mista de Orçamentos. Às 17h, a comissão se reúne outra vez.

PLENÁRIO Pauta trancada

14h A pauta continua trancada pela MP 688/2015, que transfere ao consumidor final o risco pela falta de chuva na geração hidrelétrica de energia.

AGENDA BRASIL Depósitos judiciais

14h30 A Comissão da Agenda Brasil analisa projeto que permite a estados e municípios usar, como receita, parte dos depósitos judiciais.

CPI DO FUTEBOL Requerimentos

14h30 A CPI do Futebol examina requerimentos.

MP 696/2015 Reforma ministerial

14h30 A comissão mista que analisa a Medida Provisória 696/2015, que promove a reforma ministerial, vota o relatório.

MP 695/2015 Bancos públicos

15h Análise de relatório da MP 695/2015, que permite ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal adquirir participação em instituições financeiras, inclusive do ramo previdenciário.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no Plenário:



<http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas comissões:



<http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das **10h**, reunião da Comissão de Constituição e Justiça. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Por seis votos de diferença, foi confirmada rejeição a medida que custaria R\$ 36 bilhões até 2019, segundo o governo. Decisão sobre reajuste de aposentados ficou para hoje

Veto a aumento no Poder Judiciário é mantido

O CONGRESSO DECIDIU manter o veto ao reajuste entre 53% e 78,5% para servidores do Judiciário (VET 26). Foram 251 votos pela derrubada do veto, 6 a menos do que o necessário entre os deputados. O veto recebeu 132 votos favoráveis, além de 11 abstenções. Como o veto foi mantido na Câmara, não houve necessidade de votação pelos senadores.

A sessão conjunta foi encerrada à meia-noite e meia devido à falta de quorum provocada pela obstrução de vários partidos, principalmente os da oposição. Por isso, devem ser votados na sessão conjunta de hoje, às 11h30, os cinco destaques restantes referentes a outros vetos, como o que foi dado ao projeto que estendia a regra de correção do salário mínimo para todos os aposentados.

A votação de ontem foi acompanhada pelos servidores da Justiça. Como vêm fazendo desde a votação do projeto no Senado, ainda em junho, os servidores ocuparam os arredores do Congresso, com faixas, buzinação e carro de som. Representantes da categoria acompanharam a votação nos corredores e na galeria do Plenário da Câmara.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 28/2015 havia sido vetado integralmente pelo Executivo, sob o argumento de que geraria impacto financeiro contrário aos esforços necessários para o equilíbrio fiscal. A estimativa do governo é que o reajuste custaria aos cofres públicos cerca de R\$ 36 bilhões até 2019.

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, reuniu-se no início da tarde com o presidente do Senado, Renan Calheiros, para afirmar que a manutenção dos vetos é essencial para que o país avance.

Debate em Plenário

A análise do veto ao reajuste do Judiciário foi polêmica, com discursos pedindo responsabilidade fiscal e outros que defendiam os interesses dos servidores. De acordo com Humberto Costa (PT-PE), o governo tem trabalhado pela manutenção dos vetos, mas também tem procurado enfrentar os problemas do país e apresentar soluções. O senador disse que é preciso discutir “paulatinamente” as eventuais possibilidades para as situações que vão persistir com a manutenção dos vetos.

Para o senador Magno Malta (PR-ES), o aumento para os servidores do Judiciário era uma questão de justiça. O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que todos os vetos



Nas galerias do Plenário, servidores do Judiciário dão as mãos enquanto senadores e deputados debatem durante a votação: pressão não teve o resultado esperado

deveriam ser derrubados. Já o senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) elogiou a resistência e a capacidade de mobilização dos servidores da Justiça. Ele lembrou que o aumento foi aprovado por unanimidade no Senado e, “de repente, o governo demoniza os servidores do Judiciário, como se eles fossem responsáveis pela situação deplorável do país”. Caiado criticou a condução econômica e o aumento do desemprego e da inflação.

— Os servidores da Justiça merecem respeito. Não é justo o governo dizer que, para salvar a governabilidade, é preciso manter o veto. O que precisa mesmo é trocar a presidente da República — disse o senador.

Na opinião do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), se o governo executasse as dívidas tributárias de grandes empresas, daria para conceder vários aumentos para os servidores públicos. O senador cobrou mais qualidade do gasto público e questionou as prioridades do governo, que daria mais atenção para os bancos do que para os servidores. De acordo com Randolfe, o segundo governo da presidente Dilma Rousseff contraria o pensamento dos partidos de esquerda, que deveriam lutar pela valorização dos servidores públicos.

— Os trabalhadores não vão pagar o custo da crise. Se alguém tem que pagar, é o sistema financeiro, são os sonegadores. O reajuste é a

reposição de dez anos sem aumento — afirmou.

Sinalizações

O deputado Paulo Pimenta (PT-RS) disse que o governo respeita os servidores e não tem se negado a construir um entendimento. Segundo ele, o governo já sinaliza com um aumento de mais de 40% em um novo plano de cargos e salários para os servidores do Judiciário. O deputado, no entanto, defendeu a manutenção do veto por conta do equilíbrio fiscal.

Para o deputado Silvio Costa (PSC-PE), existe diferença entre “ser oposição ao governo e ser oposição ao Brasil”. Ele criticou a “fala fácil” dos que defendem o aumento e criticam o governo.

— A raiva que os deputados e senadores têm de Dilma e Lula não pode ser descontada no país. O veto precisa ser mantido pelo bem do país.

O deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) lembrou que a categoria está há nove anos sem aumento e acrescentou que o reajuste seria escalonado entre 2015 e 2017.

Para o deputado Claudio Cajado (DEM-BA), os servidores não podem pagar o preço pela incompetência do governo. Já o deputado Rocha (PSDB-AC) destacou o movimento pacífico e ordeiro dos servidores, que fortalecem a categoria.

— Estão tentando transferir para os servidores o ônus dos erros do governo ao longo desses anos — declarou.

Compra de livros não será deduzida do Imposto de Renda de professores

No início da sessão conjunta, foram mantidos sete vetos presidenciais menos polêmicos, que não tinham destaque para votação em separado. Um deles foi o VET 25/2015, relativo a mudanças na legislação do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF). O trecho vetado previa a possibilidade de os professores deduzirem do IRPF os valores gastos com a compra de livros.

O VET 21/2015 mantém inalterados dispositivos da Lei 13.139/2015, que trata da taxação de terrenos de marinha — áreas costeiras de propriedade da União. Quanto a esse veto, o líder do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE), anunciou um acordo com a oposição para que a MP 691/2015, que trata da venda de imóveis da União, fixe em 2% a taxa de ocupação dos terrenos de marinha.

Outro veto (VET 31/2015) mantido diz respeito a vários trechos da Lei 13.155/2015, que refinancia as dívidas fiscais e trabalhistas de clubes de futebol e entidades esportivas. Segundo o Executivo, era preciso rejeitar tais dispositivos para evitar queda de arrecadação e garantir segurança jurídica.

O Congresso também de-

cidiu manter o VET 37/2015, a projeto de lei da Câmara que altera o Código de Trânsito Brasileiro para dispor sobre retenção, remoção e leilão de veículo.

Ensino para presos

Foi mantido ainda o VET 39/2015 ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 98/2002, que modifica a Lei de Execução Penal (Lei 7.210/1984). O item vetado tornava obrigatória a oferta de ensino profissional para os presos. Os cursos poderiam ser de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico. Ficou mantido o item que trata do ensino médio e do financiamento dos cursos para jovens e adultos ou a distância.

O Congresso votou pela manutenção do VET 40/2015 ao PLS 31/2013, que destinou parte da renda dos Conselhos Federal e Regionais de Engenharia e Agronomia e da Caixa de Assistência dos Profissionais da Engenharia e Agronomia (Mútua) para fiscalização de obras inacabadas e para aperfeiçoamento técnico das categorias. Foi igualmente mantido o VET 41/2015 à criação de 120 cargos, entre auditores e técnicos, na estrutura do Ministério Público da União.

Em diligência à área afetada pelo desastre de Mariana, parlamentares afirmaram que o marco regulatório do setor deve proteger o meio ambiente e as populações locais

Senadores pedem mais recursos para vítimas

OS SENADORES WILDER Moraes (PP-GO), Sérgio Petecão (PSD-AC) e Zeze Perrella (PDT-MG), integrantes da Subcomissão de Mineração, reuniram-se ontem com moradores atingidos pelo rompimento de barragem no distrito de Bento Rodrigues, em Mariana (MG). Os representantes das vítimas também foram convidados para uma audiência pública no Senado.

— Primeiro nós fomos procurar o prefeito e falar com a comunidade e depois também fomos ouvir a Samarco, para saber quais são os planos de ação. Inclusive funcionários deles ainda estão desaparecidos — explicou o presidente da subcomissão, Wilder Moraes.

A tragédia deixou mais de 600 moradores desabrigados, 7 pessoas mortas e 12 desaparecidas. Segundo o Ibama, o volume de lama derramado foi de 62 milhões de metros cúbicos, suficiente para encher 24,8 mil piscinas olímpicas.

Os parlamentares prometeram se empenhar para conseguir levar recursos a Mariana. Perrella informou

que vai sugerir à bancada de Minas Gerais que destine uma emenda ao Orçamento da União de 2016 para combater os efeitos da tragédia.

A mineradora Samarco admite que outra barragem corre o risco de se romper. Os senadores da subcomissão querem levar todas as informações sobre o acidente para a discussão do Código de Mineração (PL 587/2013), que tramita na Câmara dos Deputados desde 2013.

Novo código

Os senadores defenderam a aprovação do novo código. Eles querem que o marco legal da mineração traga mais proteção ao meio ambiente e às populações vizinhas de áreas mineradoras.

— Essa tragédia é tão grande que muita gente ainda vai morrer nos próximos anos por causa do prejuízo ecológico. Nem os nossos netos vão ver o Rio Doce na sua plenitude. Quem vai devolver os peixes? Quem vai devolver a flora? Talvez seja esse o maior dano — disse Perrella.

De acordo com Perrella, os senadores consideram insignificante a multa de R\$ 250 milhões que deve ser cobrada da Samarco, empresa responsável pela barragem e que é controlada por duas das maiores mineradoras do mundo: a Vale e a australiana BHP.

Mais multa

— Nós temos que aproveitar esse código e colocar algumas exigências, como treinar a população de áreas vizinhas às mineradoras. É inadmissível o que aconteceu. Houve negligência e temos que apurar as responsabilidades. Se a empresa realmente for culpada, ela tem que pagar por isso. Uma multa de R\$ 250 milhões não é nada — acrescentou Perrella.

O senador Sérgio Petecão concorda com Perrella. Ele considerou muito pequena a multa a ser paga pela Samarco. Petecão acredita ser preciso responsabilizar, de verdade e com rigor, todos os envolvidos no rompimento da barragem.

— Sou do Acre. No meu estado não temos minerado-

ra. Então estou totalmente a vontade para responsabilizar seja lá quem for. O que não podemos é deixar as vítimas sem amparo legal. Essas pessoas não podem ficar na situação que estão — disse Petecão.

Royalties

Os senadores também esperam que o novo Código de Mineração aumente o valor dos royalties pagos por mineradoras às cidades e estados onde estão instaladas. De acordo com Perrella, são diversos os danos e não apenas ao meio ambiente. Ele ressaltou que o número de casos de câncer de pulmão nas proximidades de mineradoras é três ou quatro vezes maior do que em outras áreas.

O senador Wilder Moraes, por sua vez, quer que o marco regulatório da mineração traga mais segurança jurídica.

— O Brasil precisa do setor mineral e a gente precisa saber também o que aconteceu aqui. Está na hora de fazer leis que protejam mais a população e o meio ambiente, além de dar segurança jurídica a todos.

Tragédia liga Paris a Mariana, diz líder do PT

O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), se solidarizou com os franceses por causa dos ataques terroristas ocorridos em Paris, na sexta-feira, e disse que os atos foram praticados contra toda a humanidade.

Ele comparou a angústia das pessoas vitimadas pelo terror com o sofrimento dos brasileiros afetados pelo rompimento da barragem da mineradora Samarco, em Minas Gerais.

— Mariana e Paris estão intimamente ligadas por tragédias em que vidas foram trocadas por interesses menores, irrigados por cifras bilionárias. Esses eventos não acontecem por acaso nem por causas isoladas, mas por uma cadeia de fatos que desembocam nesses desastres aos quais assistimos aterrorizados nos últimos dias — afirmou.

Segundo ele, a polaridade entre Oriente e Ocidente revela a forma equivocada pela qual o terror tem sido combatido.

Vanessa cobra investigação rigorosa do caso

Ao solidarizar-se com as famílias dos mortos e com as pessoas atingidas pela lama que se espalhou com o rompimento de duas barragens em Mariana, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) cobrou “investigação rigorosa do caso para que, ao final da apuração, os responsáveis paguem pelos prejuízos”.

Ela destacou que a lama que devastou o Rio Doce é tóxica, o que impossibilita a avaliação da amplitude dos danos.

— O contato com esses metais provoca uma redução da capacidade de autodepuração das águas e a contaminação da água subterrânea, sujeitando a acumulação de metais tóxicos em cada estágio sucessivo da cadeia alimentar, com a ameaça aos consumidores, inclusive humanos, através da ingestão de peixes e água, e comprometendo a agropecuária.

Vanessa criticou a mineradora Samarco por prometer R\$ 1 bilhão para recompor o meio ambiente, valor insuficiente, segundo especialistas.



Zeze Perrella, Wilder Moraes e Sérgio Petecão (em pé, à esq.), em conversa com atingidos pela queda da barragem da mineradora Samarco, em Minas Gerais

Comissão revisará leis sobre segurança de barragens

O Plenário aprovou ontem a criação de uma comissão temporária para revisar a legislação sobre segurança das barragens. A sugestão, de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), prevê que a comissão terá cinco membros e funcionará por 120 dias. O senador disse que o requerimento foi motivado pelo desastre das barragens na região de Mariana. Com o acidente, a área, que inclui parte da Bacia do Rio Doce, foi inundada por uma camada de lama e rejeitos sólidos de indústrias da mineração.

Segundo Ferraço, só em Minas Gerais existem quase 600 barragens. Ele disse que a comissão vai trabalhar na avaliação da Política Nacional da Segurança de Barragens e do Sistema Nacional de Infor-

mações sobre Segurança de Barragens (Lei 12.334/2010). Para ele, o desastre de Mariana é o maior acidente ambiental do país com graves consequências para Minas e para o Espírito Santo.

— Esse acidente é duas vezes e meia maior que o último acidente desse tipo que ocorreu no Canadá. Até o momento são 12 mortos, além de desaparecidos e centenas de desabrigados — disse o senador, prometendo que a comissão vai apurar as responsabilidades daqueles que se omitiram, seja do setor público ou privado.

Ronaldo Caiado (DEM-GO) parabenizou o colega pela iniciativa e lamentou o acidente, “que impactou todo mundo”. Ele advertiu que há risco de acidente em outras barragens

da região de Mariana, o que poderia ampliar o desastre. Elmano Férrer (PTB-PI) elogiou a criação da comissão e disse que também falta monitoramento nas barragens da Região Nordeste. Walter Pinheiro (PT-BA) apoiou a proposta e cobrou um debate sobre as leis de mineração.

Para Antonio Anastasia (PSDB-MG), trata-se da maior tragédia ambiental de Minas e do país. Ele lamentou a perda de vidas humanas e disse que a arrecadação nos municípios atingidos vai cair muito. Anastasia informou que apresentou projeto para modificar a destinação das multas do Ibama em casos de desastres ambientais (PLS 741/2015). Hoje, segundo ele, os recursos vão para o Fundo

Nacional do Meio Ambiente. Pelo projeto, serão alocados na área atingida.

— É uma forma de compensar a queda da arrecadação. Essa tragédia horroriza a todos nós — afirmou o senador.

Sessão temática

O Plenário também aprovou a realização de sessão temática sobre a tragédia de Mariana. O autor do requerimento, Jorge Viana (PT-AC), disse que a perda de vidas e a destruição do meio ambiente são motivações para a sessão, que ainda não tem data marcada.

Para o debate, serão convidados os governadores de Minas e do Espírito Santo, a ministra do Meio Ambiente, além de representantes da Vale e da Samarco.



Fotos: Jefferson Rudy/Agência Senado

Fundo Penitenciário pode ser usado para construir berçários e creches

Aprovado ontem no Senado, vai a sanção projeto de lei que atende garantia constitucional voltada a gestantes e parturientes presas

RECURSOS DO FUNDO Penitenciário Nacional (Funpen) poderão em breve ser usados para a instalação e manutenção de berçários, creches e espaços de apoio à gestante e à parturiente nos presídios. A medida consta do projeto de lei da Câmara (PLC 26/2015 — Complementar) aprovado por unanimidade ontem no Plenário do Senado. Apesar da pauta travada pela Medida Provisória 688/2015, que compensa as usinas hidrelétricas pelo déficit na geração de energia pela falta de chuvas, foi possível analisar a matéria por se tratar de projeto de lei complementar. A proposta segue a sanção presidencial.

A Lei de Execução Penal já determina às penitenciárias femininas que construam berçários, onde as detentas possam amamentar e cuidar dos filhos até os 6 meses de vida, atendendo uma garantia da Constituição. A lei também determina a construção de um espaço nas penitenciárias para cuidados com a gestante e a parturiente presas e de creches para abrigar os filhos maiores de 6 meses e menores de 7 anos.



Entre Romero Jucá e Jorge Viana, Renan Calheiros preside sessão: medida segue recomendação das Nações Unidas

Além disso, as Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras, conhecidas como Regras de Bangkok, aprovadas em 2010, recomendam que as infratoras não sejam separadas das famílias. A sugestão é que se adote, quando possível, penas alternativas.

Uma das justificativas dos gestores do sistema carcerário por não colocarem a lei em prática, entretanto, é a falta de recursos para as obras. Relator da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Marcelo Crivella (PRB-RJ) classificou como

“conveniente e oportuno” o projeto, da deputada Rosângela Gomes (PRB-RJ). Para ele, o Funpen ajudará a resolver o problema da falta de verbos nos estabelecimentos penais.

O senador ressaltou a “enorme relevância” da lei para humanizar os presídios, que classificou como medievais. Crivella lembrou que, atualmente, a pena das condenadas acaba por se estender também aos filhos, punidos ao não serem amamentados e não contarem com uma creche.

— Essa proposta garante às mães a possibilidade, ainda que privadas de liberdade, de manter com dignidade seus filhos e filhas junto a

si — comemorou Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

De acordo com o *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias*, divulgado em junho, o Brasil tem a quarta maior população prisional do mundo: 607 mil. Desse total, 37 mil são mulheres. Já dados do Departamento Penitenciário Nacional revelam que, de 2003 a 2014, o número de mulheres presas cresceu 279% e o de homens, 147%.

O atendimento à mulher nas prisões também é precário. Levantamento de 2013 do Ministério da Justiça, revelado pela organização Conectas, registrou apenas um ginecologista para cada 1,7 mil mulheres.

Sessão temática deve discutir seca no Nordeste

Diversos senadores corroboraram ontem a realização de sessão temática para discutir a estiagem que atinge o Nordeste. Requerimento nesse sentido foi apresentado por Cristovam Buarque (PDT-DF), com apoio de outros parlamentares, e aguarda votação em Plenário.

A iniciativa contou com o apoio de senadores da região, como Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) e Lídice da Mata (PSB-BA). José Agripino (DEM-RN) observou que o Nordeste vive “uma sequência de anos de estiagem”.

Já o líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), observou que o Nordeste vive um clima de “tragédia anunciada”, citando a estiagem que há meses afeta a região de Campina Grande (PB), que reúne mais de 1 milhão de habitantes e já enfrenta problemas no abastecimento de água.

— Não podemos contar com a transposição do São Francisco, até pelas dificuldades que o rio vem passando — observou o senador.

Senadores cobram verbas e revitalização do São Francisco

Somente o esforço conjunto da sociedade civil, do governo federal e dos governos dos cinco estados banhados pelo São Francisco poderá impedir a morte do rio da integração nacional.

Essa foi a conclusão da maioria dos participantes da audiência pública da Comissão de Meio Ambiente (CMA) ontem. Além das estratégias para a revitalização, convidados e senadores criticaram a falta de recursos e de prioridade para os projetos que envolvem o rio.

A audiência não esgotou o debate sobre o tema pelos senadores, que consideram a revitalização da bacia hidrográfica fundamental para a transposição de águas do São Francisco. Por isso, a comissão vai fazer diligência em Bom Jesus da Lapa (BA) no dia 27.

O presidente da CMA, Otto Alencar (PSD-BA), que propôs o debate, cobrou ações para revitalizar o rio.

— Revitalizar é plantar árvores e recompor matas ciliares. Só se produz água plantando árvore. A revitalização só acontecerá quando os governantes começarem a recompor as nascentes, revestindo-as com matas ciliares.

Os senadores alertaram os



Otto (3º à esq.) e Bezerra (4º à esq.) no debate: só esforço conjunto pode evitar morte do rio, avaliaram debatedores

governos para a importância de cuidar dos rios. O Parnaíba, por exemplo, está na fila, disse Regina Sousa (PT-PI).

— Precisamos discutir essas questões na escola — afirmou a senadora, para quem é preciso colocar outros rios em pauta.

Elmano Férrer (PTB-PI) concordou, dizendo que os rios do Brasil estão morrendo e que falta planejamento no país.

Ronaldo Caiado (DEM-GO) chamou a atenção para o que considera uma crise real e defendeu a conscientização sobre o que deve ser feito.

Falta de recursos

Com o objetivo de analisar políticas públicas do Executivo sobre a revitalização do São Francisco, a audiência teve a

participação de representantes de órgãos que atuam na exploração e proteção do rio. Eles apontaram a escassez de ações e de recursos financeiros.

De acordo com o presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), Felipe Oliveira, a verba para fazer reflorestamento, tratamento do esgoto e contenção do assoreamento no São Francisco é insuficiente. O órgão recebeu R\$ 341 milhões, previstos no Plano Plurianual (PPA). Para as obras de revitalização do rio, o governo investiu neste ano R\$ 1,4 bilhão.

Para o procurador do Ministério Público de Minas Gerais Jarbas Soares, as ações implantadas pelo governo do

estado para recuperar a bacia hidrográfica do São Francisco têm se mostrado frustrantes:

— As ações do Ministério Público são algumas vezes preventivas e outras vezes reparatórias e, em geral, insuficientes. Então, nosso diagnóstico é que há necessidade de o governo federal liderar o processo.

Ações práticas

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) propôs medidas práticas como resultado da audiência. O senador afirmou que os números apontados por especialistas do governo federal indicam que a Codevasf vem sendo muito desprestigiada.

— Não podemos assistir de braços cruzados à situação do Rio São Francisco. O mais

importante é essa tomada de consciência. Estamos marcando um momento histórico, um posicionamento político importante para que possamos aperfeiçoar o marco legal.

Entre essas medidas, está a inclusão de R\$ 1 bilhão no PPA para o período 2016-2019 e R\$ 250 milhões no Orçamento da União para 2016 em obras para revitalização do rio.

Otto explicou que já foram aprovadas duas emendas na Comissão Mista de Orçamento (CMO): uma da bancada de senadores da Bahia, no valor de R\$ 300 milhões; e outra, no mesmo valor, da CMA. Ele quer que a execução dessas verbas tenha caráter impositivo e anunciou que está colhendo assinatura de apoio dos senadores do Nordeste às emendas.

— Para que no ano que vem possamos ter R\$ 600 milhões para começar de verdade, de forma séria, a revitalização do São Francisco — defendeu Otto.

Também participaram da audiência, entre outros, representantes das Secretarias de Meio Ambiente de Minas Gerais e da Bahia, da Companhia de Saneamento de Minas e do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Jequitai e Pacuí.

Proibição de bloqueio de celular por operadora é aprovada em comissão

Proposta tem como objetivo garantir o direito de escolha dos usuários e evitar a venda de aparelhos passíveis de serem travados pelas empresas

OPERADORAS DE TELEFONE celular poderão ser proibidas por lei de bloquear os aparelhos que vendem para uso de chips de concorrentes. A proibição, prevista em texto substitutivo de José Medeiros (PPS-MT) a dois projetos que tratam do tema, foi aprovada ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

O bloqueio de celular, como observa o senador, vem deixando de ser praticado pelas operadoras por conta dos avanços tecnológicos na telefonia celular, especialmente a partir do lançamento de aparelhos capazes de operar simultaneamente com mais de um chip e com mecanismos de desbloqueio.

No entanto, ele considera necessário incluir na legislação norma proibindo a prática, para garantir o direito de escolha do usuário e evitar que sejam vendidos terminais passíveis de bloqueio.

O relator aproveitou partes de dois projetos que tratam do assunto e tramitam em conjunto: o PLC 123/2011, do deputado Arnon Bezerra (PTB-CE), e o PLS 559/2011, do ex-senador Gim.

Além das regras sobre



Depois de passar pela CCT, presidida por Cristovam (D), proposta de José Medeiros (E) segue para análise final na CMA

bloqueio, o texto de Medeiros inclui na Lei Geral de Telecomunicações (Lei 9.472/1997) normas adotadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), como os contratos de permanência em plano associado a benefícios oferecidos pela operadora.

Nesse tipo de contrato, o desconto no preço do aparelho ou outro tipo de benefício poderá ser condicionado a um período de fidelização de, no máximo, 12 meses.

Caso o usuário queira res-

cindir o contrato antes do fim do prazo de permanência acordado, a operadora terá direito a ressarcimento, em valor proporcional ao período de tempo descumprido.

— Para cada plano de serviço que associe tempo mínimo de permanência, deverá existir plano alternativo sem a exigência, devendo a prestadora informar, no momento da contratação, as diferenças de custo envolvidas — afirmou Medeiros.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) apresentou voto em separado

contrário ao substitutivo, por considerar que o assunto estaria suficientemente tratado pela Anatel.

— Entendo que o Congresso deveria se manifestar sobre essas questões apenas se não houvesse uma regulamentação justa e razoável.

Com a aprovação do relatório de Medeiros, o voto em separado não chegou a ser examinado. O texto segue para análise final na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Paim busca apoio a aposentados do fundo Aerus

Paulo Paim (PT-RS) pediu ontem o apoio do Congresso para a aprovação do projeto de lei que prevê a liberação de recursos para os beneficiários do fundo de pensão Aerus, composto por ex-empregados das empresas Varig e Transbrasil.

A proposta (PLN 2/2015), que beneficia cerca de 10 mil aposentados e pensionistas, pode ser votada hoje em sessão do Congresso.



Jefferson Ruty/Agência Senado

Viana anuncia verba federal para Rio Branco

Jorge Viana (PT-AC) anunciou que o governo federal liberou para a Prefeitura de Rio Branco R\$ 3,8 milhões.

Do total, R\$ 2,2 milhões são para a retomada das obras do shopping popular e R\$ 1,6 milhão para mobilidade urbana e projetos na área de esporte. O senador também registrou a liberação de R\$ 571,3 mil para ações do governo do Acre em habitação popular.

— O governador Tião Viana tem feito da habitação uma de suas prioridades.

Especialistas propõem revisão da privatização do saneamento básico

Especialistas em saneamento básico, ouvidos ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR), afirmaram que é preciso rever o modelo de privatização do setor. Essa foi a última audiência realizada pela comissão para discutir o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), tema escolhido pelo colegiado para avaliação das políticas públicas do governo.

O Plansab estabelece o planejamento integrado das ações de saneamento básico no país, com quatro componentes: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, manejo de resíduos

sólidos e drenagem das águas pluviais urbanas.

Secretário da Federação Nacional dos Urbanitários, Arilson Wunsch foi um dos que criticaram a privatização.

— No serviço público de água, quando sobra algum dinheiro, esse dinheiro é investido em saúde, educação, na própria companhia. No serviço privado, não. Ele tira da sua cidade e coloca em contas na Suíça, aplica em qualquer lugar do mundo menos na sua cidade. Viemos fazer a defesa dos serviços de água e esgoto públicos — sustentou.

O professor da Universidade Federal da Bahia Luiz Roberto

Santos Moraes ressaltou que saneamento básico é um direito social e deve ser encarado como um serviço de promoção à saúde, de proteção ambiental, de infraestrutura urbana e de cidadania. Segundo Moraes, somente 40% das cidades brasileiras têm planos municipais de saneamento e muitos não são implementados.

Ele também defendeu a revisão da política de privatização e elogiou a escolha do tema para a Campanha da Fraternidade de 2016, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

— Vai ser uma oportunidade de dar visibilidade à questão

do saneamento básico e de nos prepararmos para o Fórum Mundial da Água, em 2018 — disse.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que deve apresentar ainda este ano à comissão o relatório de avaliação do saneamento no país, lembrou que só 10% do município de Macapá, capital amapaense, tem rede de saneamento básico.

— Ao que parece, a visão privatista que tem estado em vigor, em avaliação, nos últimos anos, para garantir saneamento básico principalmente nas regiões mais pobres do país, tem fracassado — observou o senador.

Eduardo Amorim saúda os 44 anos da TV Sergipe

Eduardo Amorim (PSC-SE) comemorou os 44 anos da TV Sergipe, afiliada da TV Globo. O senador destacou a qualidade da programação e lembrou que a emissora foi uma das primeiras a ser montada com equipamentos nacionais e operadores com experiência em rádio e cinema.

— A TV tem mantido o compromisso ético de estar ao lado do povo, de ouvir as partes, de buscar a verdade e a realidade dos fatos — disse.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Aprovada em comissão, recondução de Victor Santos Rufino ao cargo de procurador-chefe do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ganha regime de urgência

Segue para Plenário nome indicado ao Cade

A CONTROVÉRSIA SOBRE a repartição de competências entre Banco Central (BC) e Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica foi discutida ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), durante sabatina para recondução de Victor Santos Rufino ao cargo de procurador-chefe do conselho. O nome dele foi aprovado por unanimidade pela CAE e segue agora ao Plenário, em regime de urgência.

Diversos senadores, como Ciro Nogueira (PP-PI), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Ricardo Ferraço (PMDB-ES), questionaram a eventual “queda de braço” entre as duas instituições, o que prejudica uma atuação mais específica do Cade em defesa da concorrência no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Rufino reconheceu a existência de divergências entre o BC e o Cade quanto à análise de atos de concentração econômica (fusão de duas ou mais empresas) e condutas anticompetitivas promovidas por setores da iniciativa privada.



Rufino (com Delcídio do Amaral) sugeriu aprovação de projeto de Anastasia que delimita atribuições do conselho e do BC

Como saída para o impasse, o sabatinado recomendou a aprovação de projeto de lei (PLS 350/2015 — Complementar) de Antonio Anastasia (PSDB-MG) que delimita a competência do Cade para defender a concorrência no setor financeiro, ao mesmo tempo em que permite que o BC intervenha para decidir casos que acarretem risco sistêmico ao SFN. O texto aguarda parecer da relatora, Gleisi Hoffmann (PT-PR), na CAE.

— O projeto preserva a área de atuação das duas institui-

ções. O fórum adequado para resolver isso é o Congresso — disse Rufino, considerando ideal que o BC cuide do aspecto regulatório e a parte concorrencial fique na alçada do Cade.

A Lei 12.529/2011 reformulou o Cade, conferindo-lhe novas competências para combater infrações à ordem econômica. Segundo Anastasia, essa lei perdeu a oportunidade de definir claramente as competências para aplicação das normas concorrenciais no setor financeiro. Segundo o senador, o PLS 350/2015 vai revolver esse

impasse e criar um ambiente de maior segurança jurídica.

Leniência e cartel

Os senadores pelo PSDB Tasso Jereissati (CE) e Flexa Ribeiro (PA) perguntaram sobre a participação do Cade nos acordos de leniência — quando um participante de cartel denuncia a prática, aponta os demais envolvidos e se compromete a ajudar nas investigações em troca da extinção ou redução de pena. Rufino disse que é preciso cautela para firmar acordos de leniência, mas ressaltou que

eles são fundamentais para punir infrações:

— Usar o apoio dos infratores é necessário, porque as infrações são feitas de forma sofisticada e precisamos de ajuda para decifrá-las. Desde 2003, 50 acordos foram firmados e isso tem sido fundamental na defesa da concorrência brasileira.

Já a postura da instituição frente à prática de cartelização em alguns setores, como financeiro, agropecuário e de construção, foi questionada por Ferraço, Walter Pinheiro (PT-BA), Alvaro Dias (PSDB-PR), Ronaldo Caiado (DEM-GO) e José Serra (PSDB-SP).

Caiado considerou “mínimas e irrisórias” as penas impostas a frigoríficos envolvidos com a prática em Mato Grosso, o que teria incentivado as empresas a continuar transgredindo a lei. Apesar de ver com preocupação esses episódios, o procurador-chefe sustentou que são duras as punições normalmente aplicadas.

Douglas Cintra (PTB-PE), relator da recondução, e Hélio José (PSD-DF) manifestaram apoio ao trabalho do Cade em defesa da livre concorrência.

Wellington relata discussão sobre concessão de aeroportos

Wellington Fagundes (PR-MT) relatou reunião realizada na segunda-feira na Comissão de Infraestrutura, que discutiu as políticas públicas do setor com os ministros da Aviação Civil, Eliseu Padilha, e dos Portos, Helder Barbalho, e representantes do Ministério dos Transportes.

O senador disse que temas como concessões de portos e aeroportos estiveram em



pauta, acrescentando que há empresários interessados, o que diminuiria o custo Brasil.

— O Aeroporto de Cuiabá está no centro da América do Sul, no centro do Brasil, e poderia ser muito bem um aeroporto para integrar toda a questão do Mercosul. Isso teve a aquiescência do ministro. Espero que ele coloque esse aeroporto no projeto de concessão.



Serra, Ferraço, Tasso, Alvaro e Flexa pretendiam discutir com o diretor financeiro o endividamento da estatal

Ausência da Petrobras cancela audiência

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) cancelou audiência para discutir o endividamento da Petrobras que seria realizada ontem. O motivo foi a ausência do diretor financeiro da estatal, Ivan Monteiro, apontado por José Serra (PSDB-SP) como o “presidente de fato” da Petrobras.

Pela segunda vez, Monteiro não compareceu a uma audiência previamente agendada — na primeira, no dia 3, a petroleira alegou que uma regra da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) impede que seus diretores informem dados financeiros da companhia no prazo de 15 dias antes da divulgação do balanço trimestral.

A ausência surpreendeu o presidente da CAE, Delcídio do Amaral (PT-MS), que só foi avisado na noite de segunda-feira. Ele considerou a atitude

um desrespeito à comissão e a ele próprio, que acumula a presidência do colegiado com a liderança do governo no Senado.

Tasso Jereissati (PSDB-CE), que sugeriu a suspensão, considerou a ausência uma desfeita com a comissão e com o próprio Senado. Para ele, com vários acontecimentos envolvendo a Petrobras, a empresa tem obrigação de prestar esclarecimentos ao Senado.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) disse que a Petrobras deve esclarecer notícias preocupantes sobre o futuro da estatal. Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que, com a ausência, o diretor deixa evidente a dificuldade de explicar fatos como a dívida da petroleira, que chegou a R\$ 500 bilhões este ano.

Serra lembrou que o presidente da estatal, Aldemir Ben-

dine, recusou-se a comparecer a outros debates importantes no Senado, como os relativos à Lei de Responsabilidade das Estatais (PLS 555/2015) e ao fim da participação obrigatória da Petrobras no modelo de exploração de partilha do petróleo na camada pré-sal (PLS 131/2015).

Delcídio observou que nenhum presidente da Petrobras recusou-se a comparecer à comissão, mesmo em momentos difíceis. O presidente da CAE acatou a sugestão de Tasso e anunciou a decisão de enviar um ofício ao ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, relatando a situação. Delcídio disse que “esse tema não ficará assim”, referindo-se à recusa, e que Bendine terá que comparecer à CAE para dar explicações, porque “a Petrobras não é a casa dele”.

Cristovam alerta para riscos do uso da energia nuclear

Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu a suspensão das obras da Usina Angra 3 e investimentos em produção de energia eólica e solar.

Para ele, Angra 3 está marcada pela corrupção e não cumpre os critérios de segurança.

O senador afirmou que os perigos que a energia nuclear pode representar para a humanidade são suficientes para fundamentar uma decisão de interromper quaisquer projetos ligados ao setor.

— Nós precisamos alertar a população dos riscos da opção nuclear em um país com as alternativas que nós temos.

Flexa Ribeiro lamenta postura do governo quanto a protestos

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse ontem que o governo, que impediu as manifestações de caminhoneiros com multas, não faz nada quando é o MST que bloqueia rodovias.

Ele lamentou que o governo tenha editado medida provisória para aumentar multas e impedir protestos de caminhoneiros nas últimas semanas.

— Com a MP 699, a presidente mostra a sua intenção de criminalizar, da forma mais vil, o livre direito de manifestação dos caminhoneiros. Qual a diferença dos pleitos, um é mais válido que outro? — questionou.

Projeto aprovado na comissão permite que a meta do Executivo, que era de superavit, seja transformada em saldo negativo de até R\$ 119,9 bi. Texto tem de ser votado pelo Congresso

CMO aceita que governo feche 2015 com deficit

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) aprovou ontem projeto que autoriza o governo a fechar este ano com deficit primário de até R\$ 119,9 bilhões. O número substitui a meta inicial da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015, que era um superavit primário de R\$ 55,3 bilhões para a União e de R\$ 11 bilhões para estados, municípios e Distrito Federal. Deficit primário é o saldo negativo nas contas antes mesmo do pagamento dos juros da dívida pública. Superavit, o saldo positivo.

Por exigência da oposição, a votação na CMO foi nominal, quando é possível identificar quem votou. A proposta (PLN 5/15) será analisada agora no Plenário do Congresso. O líder do governo na comissão, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), disse que o Executivo quer votar o texto em sessão do Congresso marcada para hoje.

A mudança na meta fiscal pedida pelo governo no projeto decorreu da queda de receita e da dificuldade para cortar despesas. O resultado primário da União até setembro foi deficitário em R\$ 22,2 bilhões, o pior valor do período, segundo a série iniciada em 1997.

O projeto foi relatado pelo deputado Hugo Leal (PROS-RJ), que fez mudanças na redação para acompanhar as flutuações da receita e da despesa desde que o texto chegou ao Congresso em julho. Leal apresentou dois relatórios, ambos diferentes da proposta enviada pelo Executivo, que ainda apostava em superavit de R\$ 5,8 bilhões para este ano.

O texto aprovado estabelece meta de deficit primário para a União de R\$ 51,8 bilhões e superavit para os demais entes federados de R\$ 2,9 bilhões. Assim, o resultado geral do setor público seria de um deficit de R\$ 48,9 bilhões. Mas o relatório final permite ainda que o Executivo reduza o esforço fiscal, ampliando o deficit possível.

Conforme o texto, o governo poderá acrescentar à sua meta de de-



Senadora Rose de Freitas preside a CMO: mudança na meta fiscal foi motivada pela queda de receitas e pela dificuldade do governo em cortar despesas

ficit até R\$ 68,1 bilhões. Desse total, R\$ 11,05 bilhões se referem a receitas que o governo espera arrecadar, mas pode não ter, caso sejam frustrados os leilões de concessões de hidrelétricas neste ano. Os outros R\$ 57,01 bilhões poderão ser adicionados se o Tesouro Nacional tiver de pagar a dívida com o BNDES, FGTS, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Com o acréscimo autorizado, o deficit de R\$ 51,8 bilhões do governo pode chegar a R\$ 119,9 bilhões. Qualquer valor entre esse intervalo coloca o Executivo dentro da meta.

As dívidas do Tesouro estão relacionadas às “pedaladas fiscais” e vieram de compromissos do governo que foram pagos, indevidamente, de acordo com auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), pelos bancos públicos e o FGTS. As pedaladas estão entre os problemas apontados pelo TCU nas contas da presidente Dilma Rousseff relativas a 2014, que tiveram parecer pela rejeição no tribunal e hoje tramitam na CMO.

(Da Agência Câmara)

Relator da receita no Orçamento de 2016 pede prazo para decisão sobre novo texto

O relator da receita da proposta orçamentária de 2016 (PLN 7/2015), senador Acir Gurgacz (PDT-RO), pediu ontem um prazo de 24 horas para negociar com integrantes da CMO um novo relatório, que substituiria o que ele entregou há duas semanas. No primeiro texto, o senador previu um acréscimo de receita de R\$ 31,4 bilhões líquidos para a União.

O pedido de Gurgacz veio após líderes de partidos terem criticado a inclusão de uma arrecadação de R\$ 10 bilhões com a venda de terras na Amazônia Legal. O líder do PSDB no colegiado, deputado Domingos Sávio (MG), disse que a superestimação da receita leva a distorções.

— A receita inflada aumenta os gastos — disse.

O senador Hélio José (PSD-DF) também alertou para o risco de manter uma projeção com valores tão altos sobre a venda de imóveis.

Apesar de ter proposto o adiamento da votação do relatório, Gurgacz defendeu a inclusão da receita com a venda de imóveis. Ele argumentou que são terras da União que estão ocupadas por famílias há décadas, todas aguardando a regularização.

— A Amazônia foi habitada, mas não foi dado documento [escritura] para essas pessoas. Minha preocupação não é com a receita, mas com a regularização — disse o senador, informando que esses imóveis somam pelo menos 50 milhões de hectares.

Se Gurgacz optar pela mudança, o acréscimo de receita para a União cai para R\$ 21,4 bilhões. A alteração obrigará o governo a um esforço fiscal maior para garantir o superavit primário de R\$ 34,4 bilhões, fixado na proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016 aprovada na semana passada na CMO.

(Da Agência Câmara)

Bezerra quer votação de contas do governo para Brasil voltar a andar

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) propôs que o Congresso vote até o fim do ano as contas do governo de 2014, que foram rejeitadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Só assim, disse ele, aprovando ou rejeitando o relatório do TCU, o impeachment de Dilma Rousseff será um assunto enterrado e o Brasil poderá voltar a andar.

O senador se disse preocupado com a paralisação do governo e com a crise política e econômica, que se traduz em queda da receita tributária e da atividade industrial e aumento da inflação, do desemprego, dos juros e do endividamento público. Dilma tem a legalidade dos votos, mas talvez não tenha mais a legitimidade, avaliou:

— Sua popularidade está nos níveis mais baixos da história. Os indicadores de bem-estar social e desempenho econômico estão em baixa. Seu partido, dividido, não lhe dá o apoio necessário.

Ataídes critica método para medir índice oficial de desemprego

Os métodos do governo para medir o índice de desemprego no país mascaram um drama que atinge milhares de famílias, afirmou Ataídes Oliveira (PSDB-TO).

O senador lembrou que a pesquisa mensal de emprego do IBGE, feita em seis regiões metropolitanas, não reflete o desemprego no Brasil e, por isso, vai ser abandonada a partir do ano que vem. No lugar, deve entrar a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua, que também não adota critérios adequados, avaliou:

— Pior do que ter indicadores ruins é não poder confiar neles. Distorção de dados é um risco para a nação.

Ele disse que os mais pobres é que vão pagar pela taxa Selic de 14,25% ao ano, com tendência de aumento, “e pelo desastre econômico do país”.



Ana Amélia alerta para crise na Previdência e cobra reforma no setor

Ana Amélia advertiu que o Tribunal de Contas da União (TCU) prevê para 2016 um deficit da Previdência Social de R\$ 124 bilhões. Segundo a senadora, esse é um sério problema para o Orçamento da União, pois 40% dele está comprometido com a Previdência. Ela acrescentou que é preciso reformar o sistema, como já defendeu o ministro do Trabalho e Previdência, Miguel Rosseto.

— Eu queria saudar o próprio ministro da Previdência, Miguel Rosseto, reconhecendo que há dificuldade, que a população está aumentando a idade e que vai triplicar até 2050, impactando as contas públicas na seguridade social. O ministro reconheceu que as regras precisam ser repensadas a fim de acompanhar o aumento da expectativa de vida dos brasileiros — disse.



Garibaldi: falta de idade mínima para se aposentar piora quadro

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) apontou ontem a necessidade de profundas reformas na Previdência, de modo a evitar um quadro “tenebroso” no futuro. Condenando a resistência às mudanças no Legislativo, ele manifestou dúvida sobre se o atual governo seria capaz de promover as reformas necessárias. O deficit do Regime Geral da Previdência Social atingiu R\$ 56 bilhões em 2014 e aumenta a cada ano, alertou:

— Não podemos negar a dura realidade de que a Previdência está sugando recursos que poderiam alimentar outras políticas públicas, destinadas a grupos sociais até mais vulneráveis.

Ele frisou que o envelhecimento da população é fenômeno mundial, mas a situação no Brasil é agravada pela falta de idade mínima para aposentadoria.

